




PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº <u>717</u> / 2020
	AUTOR : DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Indica ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Justiça – SEJUS, a alteração da Portaria nº 3705/2019/SEJUS-ASTEC, que “Regulamenta as viagens em missões dos servidores penitenciários do Estado de Rondônia, requisitos para designação, quantitativo e demais regramentos atinentes ao assunto”.</p> <p>O Deputado que a presente subscreve, nos termos do artigo 146, inciso VII, c/c artigo 188 do Regimento Interno, indica ao Governo do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Justiça – SEJUS, a alteração da Portaria nº 3705/2019/SEJUS-ASTEC, que “Regulamenta as viagens em missões dos servidores penitenciários do Estado de Rondônia, requisitos para designação, quantitativo e demais regramentos atinentes ao assunto”.</p> <p>Em tempo, vale ressaltar que a presente Indicação sugere a alteração da Portaria supracitada para que a exigência de formação nos cursos apontados no inciso I do artigo 4º seja requisito apenas para os servidores que forem pleitear vagas em missões a serem cumpridas fora do Estado de Rondônia, como as da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária – FTIP.</p> <p>Considerando que as missões realizadas dentro dos limites do Estado são equivalentes aos serviços prestados diariamente nas unidades onde estão lotados, deve-se considerar que os servidores penitenciários já estão mais do que capacitados para tal feito e responsabilidade, justificando assim a importância da alteração da Portaria nº 3705/2019/SEJUS-ASTEC.</p> <p>Plenário das Deliberações 23 de março de 2020.</p> <p style="text-align: center;"> Deputado ANDERSON PEREIRA PROS</p>			



PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	AUTOR : DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente,</p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>Esta indicação tem por objetivo, com fulcro no artigo 146, inciso VII, c/c artigo 188 do Regimento Interno, recomendar ao Poder Executivo, com cópia à Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, a alteração da Portaria nº 3705/2019/SEJUS-ASTEC, que “regulamenta as viagens em missões dos servidores penitenciários do Estado de Rondônia, requisitos para designação, quantitativo e demais regramentos atinentes ao assunto”.</p> <p>Para isso, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, incisos XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Nesse contexto, é legítima a presente proposição, tendo em vista que a sugestão visa que seja alterada a Portaria nº 3705/2019/SEJUS-ASTEC para que a exigência de formação nos cursos apontados no inciso I do artigo 4º desta seja requisito apenas para os servidores que forem pleitear vagas em missões a serem cumpridas fora do Estado de Rondônia, como as da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária – FTIP.</p> <p>Outrossim, considerando que as missões realizadas dentro dos limites do Estado são equivalentes aos serviços que os servidores penitenciários já prestam diariamente nas unidades onde estão lotados, deve-se considerar que estes já estão mais do que capacitados para tal feito e responsabilidade.</p> <p>Justificando assim a importância da alteração da portaria supramencionada, visto que possibilitará que mais profissionais possam se candidatar para missões estaduais e, ainda assim, resguardará a necessidade de curso para as realizadas fora do Estado, entendendo-se que estas últimas são de maior complexidade.</p>			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROTOCOLO

INDICAÇÃO

Nº _____ / _____

AUTOR : DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS

Do exposto, pela importância do tema, é que peço apoio aos Nobres Parlamentares ao encaminhamento da presente Indicação.

Plenário das Deliberações, 23 de março de 2020.


Deputado ANDERSON PEREIRA
PROS

1674/2020

